

9 — Ordenação e metodologia de votação:

9.1 — A ordenação dos candidatos deve ser fundamentada na avaliação feita com base nos critérios e parâmetros de avaliação e correspondentes fatores de ponderação constantes do presente edital.

9.2 — Antes de se iniciarem as votações, cada membro do júri apresenta um documento escrito, que será anexo à ata, com a ordenação dos candidatos, devidamente fundamentada, considerando para o efeito o referido no número anterior.

9.3 — Nas várias votações, cada membro do júri deve respeitar a ordenação que apresentou, não sendo admitidas abstenções.

9.4 — O júri utilizará a seguinte metodologia de votação, para a formação da maioria absoluta na ordenação final dos candidatos:

A primeira votação destina-se a determinar o candidato a colocar em primeiro lugar. No caso de um candidato obter mais de metade dos votos dos membros do júri presentes na reunião, fica colocado em primeiro lugar. Se tal não acontecer, repete-se a votação, apenas entre os candidatos que obtiveram votos para o primeiro lugar, depois de retirado o candidato menos votado na primeira votação. No caso de ter havido empate entre dois ou mais candidatos na posição de menos votado, e houver pelo menos um que não ficou nessa posição, faz-se uma votação apenas sobre esses candidatos que ficaram em último, para os desempatar. Se nesta votação restrita o empate persistir em relação ao mesmo conjunto de elementos, o Presidente do júri decide qual o candidato a eliminar. Se o empate persistir, mas em relação a um conjunto diferente de candidatos, repete-se, nesse caso, o processo de desempate. O processo repete-se até um candidato obter mais de metade dos votos para o primeiro lugar. Retirado esse candidato, repete-se todo o processo para o segundo lugar, e assim sucessivamente, até se obter uma lista ordenada de todos os candidatos admitidos.

10 — Participação dos interessados e decisão:

10.1 — O projeto de ordenação final é notificado aos candidatos, para efeitos de realização da audiência dos interessados, nos termos dos artigos 121.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto no artigo 26.º do Regulamento.

10.2 — Realizada a audiência dos interessados, o júri aprecia as alegações oferecidas e aprova a lista de ordenação final dos candidatos.

11 — Prazo de decisão final:

11.1 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o prazo de proferimento da decisão final do júri não pode ser superior a noventa dias seguidos, contados a partir da data limite para a apresentação das candidaturas.

11.2 — O prazo referido no número anterior pode ser prorrogado quando o elevado número de candidatos e/ou a especial complexidade do concurso o justifique.

12 — Publicação do edital do concurso:

Para além da publicação na 2.ª série do *Diário da República*, o presente edital é também publicado:

- a) Na bolsa de emprego público;
- b) No sítio da internet da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., nas línguas portuguesa e inglesa;
- c) No sítio da internet da Universidade do Minho, nas línguas portuguesa e inglesa.

13 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

27 de novembro de 2017. — O Reitor, *António Augusto Magalhães da Cunha*.

311076404

UNIVERSIDADE DO PORTO

Regulamento n.º 86/2018

O Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes da Universidade do Porto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 127, de 4 de julho, que concretiza o regime de avaliação do desempenho docente em conformidade com o disposto no artigo 74.º-A do Estatuto da Carreira Docente Universitária, aditado pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, determina, no seu artigo 3.º, que o presente regime de avaliação deve ser regulamentado no âmbito de cada unidade orgânica pelo(s) órgão(s) estatutariamente competente(s) no prazo de 180 dias.

Assim:

Ouvida a Comissão de Trabalhadores, e as organizações sindicais, e observado o procedimento de consulta pública previsto no artigo 101.º

do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro;

Por deliberação de 13 de dezembro de 2017, do Conselho Científico da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e nos termos do artigo 3.º do Regulamento de avaliação de desempenho dos docentes da Universidade do Porto, foi aprovado o Regulamento de avaliação de desempenho dos docentes da Faculdade de Letras;

Ao abrigo do disposto no artigo 18.º, alínea a) do Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes da Universidade do Porto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 127, de 4 de julho:

1 — É homologado o Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes da Universidade do Porto, publicado em anexo ao presente despacho, que deste faz parte integrante.

2 — O presente Regulamento revoga o Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes da Faculdade de Letras em vigor, aprovado por Despacho n.º 3563/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 37, de 22 de fevereiro de 2011;

3 — O presente Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Diário da República*.

19 de janeiro de 2018. — O Reitor, *Prof. Doutor Sebastião Feyo de Azevedo*.

Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objeto

Ao abrigo do artigo 3.º do Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes da Universidade do Porto (U.Porto), o presente regulamento:

1 — Estabelece um sistema de avaliação de desempenho que, para todos os docentes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP):

- a) Especifica os parâmetros e os critérios de avaliação para cada uma das vertentes da atividade dos docentes;
- b) Estabelece as regras para a fixação de referências de desempenho em cada um dos critérios de avaliação, através de metas e tetos;
- c) Especifica a função de valoração, os coeficientes de ponderação dos critérios de avaliação em cada vertente e o peso relativo de cada vertente no conjunto das vertentes da atividade dos docentes;
- d) Fixa a metodologia para determinação da classificação final e a correspondente menção qualitativa da avaliação de desempenho.

2 — Fixa as regras gerais para a nomeação de avaliadores para efeitos de avaliação dos docentes, assim como os casos especiais de nomeação de avaliadores.

3 — Identifica as fases do processo de avaliação.

Artigo 2.º

Objetivos e princípios gerais

1 — A avaliação de desempenho tem como objetivo contribuir para a melhoria do desempenho dos docentes da FLUP.

2 — A avaliação de desempenho constante do presente regulamento subordina-se aos princípios constantes do artigo 74.º-A do Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU).

3 — São ainda princípios da avaliação de desempenho:

- a) Universalidade, visando a aplicação do regime de avaliação a todos os docentes da FLUP;
- b) Flexibilidade, visando uma concretização do presente regulamento de acordo com as especificidades próprias da FLUP;
- c) Previsibilidade, assegurando que as revisões das regras de avaliação só podem ocorrer ordinariamente dentro dos prazos previamente estabelecidos;
- d) Transparência e imparcialidade, assegurando que todas as disposições e critérios utilizados para a avaliação devem ser claras e atempadamente conhecidas por avaliador e avaliado;
- e) Coerência, garantindo que os parâmetros de avaliação usados obedecem aos mesmos princípios em todos os departamentos e setores da FLUP;

f) Adequação, permitindo que a avaliação do desempenho dos docentes considere as funções que lhes competem, de acordo com as categorias funcionais, nos termos dos artigos 4.º e 5.º do ECDU;

g) Eficácia, coadunando, a agilidade de processos e procedimentos associados à avaliação de desempenho com a necessidade de obtenção de resultados que evidenciem o mérito demonstrado.

Artigo 3.º

Periodicidade

1 — A avaliação dos docentes é feita através de uma avaliação curricular relativa ao desempenho no ano civil transato, decorrendo o respetivo processo nos meses de janeiro a maio do ano seguinte ao período em avaliação.

2 — Para as atividades indexadas ao ano letivo será considerado o desempenho no ano letivo que termina no ano civil sob avaliação.

3 — A avaliação curricular é feita de acordo com as regras constantes nos capítulos II e III do presente regulamento.

Artigo 4.º

Regime excecional de avaliação

1 — Nos casos em que não seja possível proceder à avaliação curricular nos termos previstos no n.º 3 do artigo anterior, mas nos quais se verifique que o avaliado desempenhou funções docentes por um período igual ou superior a 6 meses, a avaliação de desempenho do docente será realizada por ponderação curricular sumária, a realizar por avaliador(es) para o efeito designado(s) pelo Conselho Científico e nomeado(s) pelo Diretor da FLUP.

2 — Sem prejuízo do disposto na lei, em situação de ausência de avaliação por um período igual ou superior a 6 meses, no ano em avaliação, motivada por exercício de funções diferentes das de docente do ensino superior, não haverá qualquer tipo de avaliação.

3 — A avaliação em situações de ausência de desempenho de funções docentes por um ou mais anos consecutivos, motivada por uma situação de equiparação a bolseiro de longa duração, será suprida por ponderação curricular relativamente a todos os anos com avaliação em falta.

4 — A avaliação em situações de ausência de desempenho de funções docentes motivada por doença prolongada ou parentalidade de duração igual ou superior a 6 meses, seguidos ou interpolados, será suprida com a atribuição da última classificação obtida ou, caso assim opte o avaliado, pela atribuição de avaliação de Suficiente, para todos os anos com avaliação em falta.

5 — A avaliação dos docentes a desempenhar funções de gestão universitária na Reitoria, de duração igual ou superior seis meses, será efetuada pelo Reitor, com base num plano de atividades proposto pelo docente e aprovado pelo Reitor até 31 de dezembro do ano que antecede aquele que será objeto de avaliação.

6 — A avaliação dos docentes a desempenhar funções de Diretor da FLUP em regime de tempo integral, de duração igual ou superior a seis meses, é efetuada pelo Conselho de Representantes da FLUP, com base no grau de cumprimento dos objetivos fixados no plano de atividades.

7 — A realização de avaliação de desempenho e respetivas formas de concretização, relativamente a situações não previstas nos números anteriores, serão objeto de deliberação do Conselho Coordenador de Avaliação, ouvido o Conselho Científico da FLUP.

CAPÍTULO II

Vertentes, parâmetros e critérios

Artigo 5.º

Vertentes da avaliação

1 — A avaliação dos docentes tem por base as funções exercidas pelos docentes, de acordo com os artigos 4.º e 5.º do ECDU, e incide sobre as seguintes vertentes:

a) Investigação — Atividades de investigação científica, de criação cultural ou de desenvolvimento tecnológico;

b) Ensino — Serviço docente e acompanhamento e orientação dos estudantes;

c) Transferência de conhecimento — Tarefas de extensão universitária, de divulgação científica e de valorização económica e social do conhecimento;

d) Gestão universitária — Gestão das instituições universitárias e outras tarefas distribuídas pelos órgãos de gestão competentes e que se incluem no âmbito da atividade de docente universitário.

2 — A avaliação do desempenho em cada uma destas vertentes é efetuada por critérios, independentes uns dos outros, que caracterizam de uma forma quantitativa e qualitativa os diferentes parâmetros da atividade dos docentes.

Artigo 6.º

Parâmetros da vertente ensino

Na vertente de ensino da atividade docente são estabelecidos, designadamente, os seguintes parâmetros, de natureza quantitativa e qualitativa:

1 — Atividade de ensino: parâmetro que tem em consideração as unidades curriculares que o avaliado coordenou e lecionou, em unidades orgânicas da Universidade do Porto ou em unidades orgânicas exteriores à Universidade do Porto desde que enquadradas em acordos com esta, levando em linha de conta o número de horas lecionadas, a diversidade de unidades lecionadas, a prática pedagógica e o universo de estudantes.

2 — Acompanhamento e orientação de estudantes: parâmetro que tem em consideração a orientação de estudantes de mestrado, incluindo estes os estudantes que realizam dissertação e os estudantes que realizam estágios, e de bolseiros de iniciação à investigação, levando em linha de conta o número de estudantes orientados e o estatuto do docente avaliado na orientação.

3 — O aperfeiçoamento pedagógico: parâmetro que tem em consideração a frequência de ações de formação pedagógica e tecnológica, levando em linha de conta o número de horas de formação e a qualidade das ações de formação.

4 — Inovação: parâmetro que tem em consideração a capacidade demonstrada pelo avaliado na promoção de novas iniciativas pedagógicas e curriculares, tais como:

a) A apresentação de propostas fundamentadas e coerentes de criação de novas unidades curriculares ou de reformulação profunda das existentes;

b) A criação ou reestruturação de grupos de unidades curriculares ou de planos de estudos;

c) A criação e implementação de plataformas de *e-learning*.

5 — Estratégias pedagógicas de apoio à lecionação: parâmetro que tem em consideração as publicações ou outros materiais e a implementação de estratégias pedagógicas, devidamente fundamentadas, desenvolvidas pelo avaliado e suscetíveis de potenciar a aprendizagem pelos estudantes.

6 — Prémios ou distinções: parâmetro que tem em consideração o reconhecimento do desempenho pedagógico do avaliado por parte de entidades exteriores à FLUP ou da própria FLUP.

Artigo 7.º

Parâmetros da vertente investigação

Na vertente de investigação da atividade docente são estabelecidos, designadamente, os seguintes parâmetros, de natureza quantitativa e qualitativa:

1 — Publicações científicas: parâmetro que tem em consideração os livros, capítulos de livros, artigos em revistas científicas e em atas de colóquios e congressos nacionais e internacionais de que o avaliado foi autor, coautor, editor, tradutor ou revisor, levando em linha de conta a sua natureza, o seu impacto e o número de autores.

2 — Coordenação e participação em projetos científicos sujeitos a reconhecimento formal ou avaliação em que a FLUP conste como instituição participante: parâmetro que tem em consideração a participação em, e a coordenação de, projetos científicos e projetos de cooperação transnacional pelo avaliado, levando em linha de conta o âmbito territorial e o papel do avaliado no projeto, assim como a inovação, a diversidade temática, o rigor metodológico e teórico e a contribuição para o estado da arte do mesmo.

3 — Orientação de estudantes de doutoramento e pós-doutoramento: parâmetro que tem em consideração a orientação de estudantes de doutoramento e de estudantes de pós-doutoramento, levando em linha de conta a natureza da orientação, o estatuto do avaliado na orientação e a conclusão com sucesso das teses de doutoramento.

4 — Reconhecimento pela comunidade científica: parâmetro que tem em consideração designadamente:

a) Prémios de sociedades científicas e/ou culturais;

b) Participação em corpos editoriais de revistas científicas;

c) Atividades editoriais em revistas científicas ou em conferências de elevado prestígio;

d) Coordenação e participação em comissões de programação de eventos científicos;

e) Realização, por convite, de palestras em reuniões científicas ou noutras universidades;

f) Participação como membro de sociedades científicas de admissão competitiva e outras distinções similares.

5 — A obtenção do grau académico de doutor ou do título de agregado.

6 — A participação em cursos ou ações de formação de caráter científico de elevado nível que visem desenvolver competências ou adquirir conhecimentos que têm como objetivo explícito melhorar a capacidade de investigação científica do avaliado.

Artigo 8.º

Parâmetros da vertente de transferência de conhecimento

Na vertente de transferência de conhecimento da atividade docente são estabelecidos, designadamente, os seguintes parâmetros, de natureza quantitativa e qualitativa:

1 — Estudos e relatórios: parâmetro que tem em consideração a autoria e co-autoria de estudos e relatórios de diagnóstico, de acompanhamento e de avaliação, escavações e prospeções arqueológicas, ações de musealização, traduções e revisões técnicas de traduções, levando em linha de conta o número de autores e a abrangência territorial, quando esta se aplicar.

2 — Publicações de divulgação científica, tecnológica, cultural e artística: parâmetro que tem em consideração as publicações em revistas e conferências nacionais e outras publicações de divulgação científica, cultural, tecnológica e artística não abrangidas pela vertente investigação, levando em linha de conta o seu impacto profissional e social.

3 — Prestação de serviços e consultoria: parâmetro que tem em consideração a participação em atividades que envolvam o meio empresarial e o setor público, desde que estes possuam um nível científico ou técnico adequado à natureza, dignidade e funções de uma instituição de ensino superior, levando em linha de conta o tipo de participação e a abrangência territorial do serviço prestado, e desde que este esteja registado na FLUP.

4 — Serviços à comunidade científica e à sociedade: parâmetro que tem em consideração a participação e coordenação de iniciativas de divulgação científica, tecnológica e cultural, levando em linha de conta a natureza e os resultados alcançados por estas, quando efetuadas junto:

a) Da comunidade científica, nomeadamente pela organização de congressos, conferências e exposições científicas;

b) Da comunicação social, desde que em representação da FLUP ou das suas subunidades;

c) Das empresas e instituições dos setores público e privado;

d) De escolas dos ensinos básico e secundário e respetivos estudantes, professores, pais e encarregados de educação;

e) Do público em geral, incluindo estudantes universitários internos ou externos à FLUP.

5 — Ações de formação profissional: parâmetro que tem em consideração a participação e coordenação de ações de formação contínua, profissional ou de especialização devidamente acreditadas pelo órgão competente.

Artigo 9.º

Parâmetros da vertente de gestão universitária

Na vertente de gestão universitária da atividade docente são estabelecidos, designadamente, os seguintes parâmetros, de natureza quantitativa e qualitativa:

1 — Cargos em órgãos da universidade e da unidade orgânica: parâmetro que tem em consideração a natureza e a responsabilidade do cargo de gestão exercido na U.Porto ou na FLUP.

2 — Cargos em unidades e direção de cursos: parâmetro que tem em consideração o exercício de funções de gestão em departamentos ou secções, em unidades de investigação e em direções de curso.

3 — Cargos e tarefas temporárias: parâmetro que tem em consideração a natureza, o universo de atuação do avaliado quando participou em atividades editoriais de revistas internacionais, em avaliação de programas científicos, em júris de provas académicas, em júris de concursos e em cargos e tarefas temporárias que tenham sido atribuídas pelos órgãos de gestão competentes, levando em linha de conta, quando aplicável, os resultados obtidos pelo avaliado.

4 — Outros cargos: parâmetro que tem em consideração o exercício de cargos a que alude o artigo 73.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU) na redação do Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, e de cargos em organizações científicas nacionais e internacionais.

Artigo 10.º

Crítérios da componente quantitativa de avaliação

1 — Tendo em conta as vertentes e respetivos parâmetros identificados nos artigos anteriores, são fixados, para cada uma daquelas

vertentes, os seguintes critérios que integram a componente quantitativa de avaliação:

a) Na vertente ensino, deverão ser utilizados os seguintes critérios de avaliação:

I) Unidades curriculares;

II) Acompanhamento e orientação de estudantes de mestrado e de estudantes bolseiros de iniciação à investigação;

III) Formação pedagógica e tecnológica;

b) Na vertente investigação, deverão ser utilizados os seguintes critérios de avaliação:

I) Publicações;

II) Projetos científicos;

III) Orientação de estudantes de doutoramento e de pós-doutoramento;

IV) Participação em congressos, conferências e encontros científicos;

V) Obtenção de título de doutor ou do título académico de agregado.

c) Na vertente transferência de conhecimento, deverão ser utilizados os seguintes critérios de avaliação:

I) Publicações técnicas;

II) Prestação de serviços, consultoria e formação profissional ou de especialização;

III) Divulgação científica, tecnológica, cultural e artística;

d) Na vertente gestão universitária, será apenas utilizado um critério de avaliação, o de gestão universitária.

Artigo 11.º

Princípio lógico no apuramento da componente quantitativa de avaliação

1 — A função de valoração para cada critério de avaliação quantitativa referido no artigo anterior é definida como uma função com dois troços lineares que passa pelos pontos zero (0,0) e meta (μ_{xy} , 100) e é limitada no teto K_{xy} .

2 — Cada um dos dois troços lineares referidos no ponto anterior será definido por uma função linear com parâmetros de valor dependente dos valores que forem definidos para μ_{xy} e K_{xy} em cada critério da componente quantitativa da avaliação, de acordo com o disposto nos artigos 26.º e 27.º deste regulamento.

3 — O primeiro troço linear descreve a progressão na função de valoração para desempenhos inferiores à meta μ_{xy} para o critério quantitativo respetivo e terá a forma geral $Q_{xy} = b_1 y$, em que b_1 representa o coeficiente de regressão e y o valor quantitativo que decorre do desempenho no critério Xy .

4 — O segundo troço linear descreve a progressão na função de valoração para desempenhos superiores à meta μ_{xy} e inferiores ao teto K_{xy} para o critério quantitativo respetivo e terá a forma geral $Q_{xy} = a + b_2 y$, em que a representa a constante na função, de valor dependente do que for definido para μ_{xy} , b_2 representa o coeficiente de regressão e y o valor quantitativo que decorre do desempenho no critério Xy .

Artigo 12.º

Crítérios da componente qualitativa de avaliação

Tendo em conta as vertentes e respetivos parâmetros de avaliação, são fixados, ainda, para cada uma daquelas vertentes, os seguintes critérios que integram a componente qualitativa de avaliação.

1 — Na vertente ensino, deverão ser utilizados os seguintes critérios de avaliação:

a) Inovação pedagógica e curricular;

b) Estratégias pedagógicas de apoio à lecionação;

c) Prémios ou distinções associadas à prestação pedagógica e/ou aos conteúdos pedagógicos;

d) Reputação da entidade formadora, diversidade de conteúdos formativos e de formadores e resultados da avaliação do docente nas ações de formação pedagógica ou tecnológica frequentadas.

2 — Na vertente investigação, deverão ser utilizados os seguintes critérios de avaliação:

a) Reconhecimento pela comunidade científica;

b) Inovação, rigor metodológico e contribuição para o estado da arte.

3 — Na vertente transferência de conhecimento, deverão ser utilizados os seguintes critérios de avaliação:

a) Inovação, rigor e contribuição para o estado atual do conhecimento.

b) Difusão e impacto profissional, social e cultural da atividade.

4 — Na vertente gestão universitária deverão ser utilizados os seguintes critérios de avaliação:

- Eficácia;
- Responsabilidade;
- Cumprimento de prazos.

Artigo 13.º

Critério de avaliação de unidades curriculares

A avaliação quantitativa do critério unidades curriculares (Q_{UC}) é calculada por:

$$Q_{UC} = H_{UC} \times A_{UC} \times U_{UC} \times E_{UC}$$

em que:

a) UC compreende a totalidade de ofertas semestrais de unidades curriculares de cursos da FLUP e de outros cursos da U.Porto ou de outras instituições de ensino superior devidamente autorizadas pelo órgão competente da FLUP, lecionados pelo docente avaliado;

b) H_{UC} é o valor ponderado relativo ao número de horas semanais creditadas ao docente avaliado nas unidades curriculares lecionadas,

$$H_{UC} = \begin{cases} b1 \times h & \text{se } h < \mu_{UC,h} \\ 100 & \text{se } h = \mu_{UC,h} \\ a + b2 \times h & \text{se } \mu_{UC,h} < h < K_{UC,h} \\ 200 & \text{se } h \geq K_{UC,h} \end{cases}$$

em que:

h é o número total de horas semanais por semestre creditadas ao docente avaliado em unidades curriculares;

c) A_{UC} é o valor ponderado relativo ao resultado médio obtido nos inquéritos pedagógicos das unidades curriculares lecionadas pelo docente avaliado, a considerar apenas se o número de estudantes que responderam ao inquérito pedagógico for igual ou superior a 25 % dos estudantes inscritos na unidade curricular respetiva, para unidades curriculares com 40 ou mais estudantes inscritos, ou igual a um mínimo de 10 estudantes para unidades curriculares com menos de 40 e até 10 estudantes inscritos ou, ainda, igual à totalidade de estudantes para unidades curriculares com menos de 10 inscritos. O docente avaliado poderá aduzir razões que levem à neutralização dos resultados dos inquéritos pedagógicos para efeitos de avaliação de desempenho, em situações excecionais e devidamente fundamentadas. Compete ao diretor da FLUP, ouvido o Conselho Pedagógico, pronunciar-se sobre qualquer pedido de neutralização dos resultados dos inquéritos pedagógicos para efeito de avaliação de desempenho. O fator de ponderação A_{UC} assume valores entre 0 e 1,25 de acordo com o definido na tabela 1.

Tabela 1

Resultado médio (a) nos inquéritos pedagógicos	Valor do fator de ponderação A_{UC}
$a < 2,5$	$A_{UC} = 0,4$
$2,5 \leq a \leq 5,5$	$A_{UC} = 1$
$5,5 < a < 6,5$	$A_{UC} = 0,25$
$a \geq 6,5$	$A_{UC} = 1,25$

d) U_{UC} é o fator de ponderação relativo ao número total de unidades curriculares em que o docente avaliado leciona. O fator de ponderação U_{UC} assume valores entre 0 e 1,25 de acordo com o definido na tabela 2.

Tabela 2

Número de unidades curriculares (u) lecionadas	Valor do fator de ponderação U_{UC}
$u < 4$	$U_{UC} = 0,25$
$u = 4$	$U_{UC} = 1$
$4 < u < 6$	$U_{UC} = 0,125$
$u \geq 6$	$U_{UC} = 1,25$

e) E_{UC} é o fator de ponderação relativo ao número total de estudantes inscritos nas unidades curriculares lecionadas pelo docente avaliado. O número total de estudantes é obtido tendo em conta a percentagem de tempo creditado ao docente no total de horas de leção de cada unidade curricular. O fator E_{UC} assume valores entre 0 e 1,25, de acordo com a tabela 3.

Tabela 3

Número de estudantes (e) inscritos nas unidades curriculares lecionadas, tendo em conta a percentagem de tempo creditado ao docente no total de horas de leção de cada unidade curricular.	Valor do fator de ponderação E_{UC}
$e < 40$	$E_{UC} = 0,025$
$40 \leq e \leq 80$	$E_{UC} = 1$
$80 < e < 120$	$E_{UC} = 0,006$
$e \geq 120$	$E_{UC} = 1,25$

Artigo 14.º

Critério de avaliação de orientação de estudantes de mestrado e de bolsiros de iniciação à investigação

A avaliação quantitativa do critério orientação de estudantes de mestrado e de bolsiros de iniciação à investigação (Q_{EM}) é calculado por

$$Q_{EM} = \begin{cases} b1 \times \sum_{i=1}^N (P_{EMi} \times Z_{EM}) & \text{se } \sum_{i=1}^N (P_{EMi} \times Z_{EM}) < \mu_{EM} \\ 100 & \text{se } \sum_{i=1}^N (P_{EMi} \times Z_{EM}) = \mu_{EM} \\ a + b2 \times \sum_{i=1}^N (P_{EMi} \times Z_{EM}) & \text{se } \mu_{EM} < \sum_{i=1}^N (P_{EMi} \times Z_{EM}) < K_{EM} \\ 200 & \text{se } \sum_{i=1}^N (P_{EMi} \times Z_{EM}) \geq K_{EM} \end{cases}$$

em que:

N é o número total de estudantes de mestrado e de bolsiros de iniciação à investigação orientados durante o ano em avaliação pelo docente avaliado,

P_{EMi} é o número de pontos atribuídos a cada estudante orientado, que assume o valor 1 para estudantes de mestrado e 0,5 para bolsiros de iniciação à investigação,

Z_{EM} é o fator de correção a aplicar a cada estudante orientado de acordo com o estipulado na tabela 4,

Tabela 4

Papel do avaliado na orientação do estudante de mestrado ou do bolsiro de iniciação à investigação	Z_{EM}
Orientador ou orientador principal.	1
Coorientador.	0,5/n

em que n é o número de coorientadores

Artigo 15.º

Critério de avaliação de formação pedagógica e tecnológica

A avaliação quantitativa do critério formação pedagógica e tecnológica (Q_F) é obtida a partir do número total de horas de formação frequentadas pelo docente avaliado no ano civil em avaliação, assumindo os valores:

$$Q_F = \begin{cases} b1 \times f & \text{se } f < \mu_F \\ 100 & \text{se } f = \mu_F \\ a + b2 \times f & \text{se } \mu_F < f < K_F \\ 200 & \text{se } f \geq K_F \end{cases}$$

em que:

f é o número total de horas de formação pedagógica e científica frequentadas durante o ano em avaliação pelo docente avaliado.

Artigo 16.º

CrITÉrio de avaliação de publicações científicas

A avaliação quantitativa do critério publicações científicas (Q_{PC}) é calculada por:

$$Q_{PC} = \begin{cases} b1 \times \sum_{i=1}^N (P_i \times Z_A) & \text{se } \sum_{i=1}^N (P_i \times Z_A) < \mu_{PC} \\ 100 & \text{se } \sum_{i=1}^N (P_i \times Z_A) = \mu_{PC} \\ a + b2 \times \sum_{i=1}^N (P_i \times Z_A) & \text{se } \mu_{PC} < \sum_{i=1}^N (P_i \times Z_A) < K_{PC} \\ 200 & \text{se } \sum_{i=1}^N (P_i \times Z_A) \geq K_{PC} \end{cases}$$

em que:

N é o número total de publicações científicas efetivamente publicadas no ano em avaliação do qual o docente avaliado é autor ou coautor,

P_i é o número de pontos atribuído a cada publicação de acordo com o estipulado na tabela 5,

Tabela 5

Tipo de publicação	Pontos (P)
Livro científico de circulação internacional (indexado em bases internacionais)	8
Livro científico de circulação nacional	6
Capítulo de livro científico de circulação internacional (indexado em bases internacionais)	4
Capítulo de livro científico de circulação nacional	3
Tradução literária e científica de livro	3
Tradução literária e científica de artigo	1
Revisão científica de livro	1
Edição ou organização de livro científico	2
Edição de número temático/especial de revista científica	1
Artigo em revista indexada com fator de impacto ¹	4
Artigo em revista indexada sem fator de impacto ¹	3
Artigo em revista não indexada	1
Publicação em ata de congresso internacional	2
Publicação em ata de congresso nacional	1

¹ Para efeitos de definição de revista indexada deverão ser usados os critérios da Fundação Ciência e Tecnologia para o domínio das Humanidades.

Z_A é o fator de correção ao número de autores da publicação a aplicar de acordo com o estipulado na tabela 6

Tabela 6

N.º de autores	Fator de ponderação Z_A
< 10	$= -0,25 \ln(A) + 1$ 0,42
≥ 10	

em que:

A é o número de autores da publicação.

Artigo 17.º

CrITÉrio de avaliação de projetos científicos

A avaliação quantitativa do critério projetos científicos (Q_{PRJ}) é calculada por:

$$Q_{PRJ} = \begin{cases} b1 \times \sum_{i=1}^N P_{ji} & \text{se } \sum_{i=1}^N P_{ji} < \mu_{PRJ} \\ 100 & \text{se } \sum_{i=1}^N P_{ji} = \mu_{PRJ} \\ a + b2 \times \sum_{i=1}^N P_{ji} & \text{se } \mu_{PRJ} < \sum_{i=1}^N P_{ji} < K_{PRJ} \\ 200 & \text{se } \sum_{i=1}^N P_{ji} \geq K_{PRJ} \end{cases}$$

em que,

N é o número total de projetos científicos no ano em avaliação nos quais o docente avaliado está envolvido,

P_{ji} é o número de pontos atribuído a cada projeto de acordo com o estipulado na tabela 7.

Tabela 7

Tipo de participação em projeto	Pontos (P)
Responsável geral de projeto de I&D internacional com avaliação por pares	4
Responsável geral de projeto de I&D internacional sem avaliação por pares	2
Responsável local de projeto de I&D internacional com avaliação por pares	2
Responsável local de projeto de I&D internacional sem avaliação por pares	1
Responsável de projeto de I&D nacional com avaliação por pares	2
Responsável de projeto de I&D nacional sem avaliação por pares	1
Participante em projeto de I&D nacional ou internacional com avaliação por pares	1
Participante em projeto de I&D nacional ou internacional sem avaliação por pares	0,5
Responsável de projeto de cooperação transnacional (e.g. ações integradas, redes)	1
Participante em projeto de cooperação transnacional (e.g. ações integradas, redes)	0,5

Artigo 18.º

CrITÉrio de avaliação de orientação de estudantes de doutoramento e de pós-doutoramento

A avaliação quantitativa do critério orientação de estudantes de doutoramento e de pós-doutoramento (Q_{EI}) é calculado por

$$Q_{EI} = \begin{cases} b1 \times \sum_{i=1}^N (P_{EI_i} \times Z_{EI}) & \text{se } \sum_{i=1}^N (P_{EI_i} \times Z_{EI}) < \mu_{EI} \\ 100 & \text{se } \sum_{i=1}^N (P_{EI_i} \times Z_{EI}) = \mu_{EI} \\ a + b2 \times \sum_{i=1}^N (P_{EI_i} \times Z_{EI}) & \text{se } \mu_{EI} < \sum_{i=1}^N (P_{EI_i} \times Z_{EI}) < K_{EI} \\ 200 & \text{se } \sum_{i=1}^N (P_{EI_i} \times Z_{EI}) \geq K_{EI} \end{cases}$$

em que:

N é o número total de estudantes de doutoramento ou pós-doutoramento orientados durante o ano em avaliação pelo docente avaliado,

P_{Ei} é o número de pontos atribuídos a cada estudante orientado de acordo com o estipulado na tabela 8,

Z_{Ei} é o fator de correção a aplicar a cada estudante orientado de acordo com o estipulado na tabela 9,

Tabela 8

Tipo de orientação	P_{Ei}
Doutoramento em curso	1
Doutoramento concluído	4
Pós-doutoramento	0,5

Tabela 9

Papel do avaliado na orientação do estudante	Z_{Ei}
Orientador/Orientador principal	1
Coorientador	0,5/n

em que n é o número de coorientadores

Artigo 19.º

Critério de avaliação da participação em congressos e conferências científicas

A avaliação quantitativa do critério participação em congressos e conferências científicas (Q_C) é calculada por:

$$Q_C = \begin{cases} b1 \times \sum_{i=1}^N P_{Ci} \text{ se } \sum_{i=1}^N P_{Ci} < \mu_{PC} \\ 100 \text{ se } \sum_{i=1}^N P_{Ci} = \mu_{PC} \\ a + b2 \times \sum_{i=1}^N P_{Ci} \text{ se } \mu_{PC} < \sum_{i=1}^N P_{Ci} < K_{PC} \\ 200 \text{ se } \sum_{i=1}^N P_{Ci} \geq K_{PC} \end{cases}$$

em que:

N é o número total de conferências científicas no ano em avaliação nas quais o docente avaliado participou,

P_{Ci} é o número de pontos atribuído a cada ação de divulgação de acordo com o estipulado na tabela 10.

Tabela 10

Tipo de conferência	Pontos (P_D)
Conferência em congresso/encontro internacional por convite	2
Conferência em congresso/encontro internacional com avaliação por pares	1
Conferência em congresso/encontro nacional por convite	1
Conferência em congresso/encontro nacional com avaliação por pares	0,5

Artigo 20.º

Critério de avaliação da obtenção de título académico

A avaliação quantitativa do critério obtenção de título académico (Q_{TA}) é igual a 100 se $ta = \mu_{TA}$

em que:

ta = número de pontos a atribuir pela obtenção de título académico de acordo com o estipulado na tabela 11

Tabela 11

Título académico	Pontos
Doutor	4
Agregado	4

Artigo 21.º

Critério de avaliação de publicações técnicas

A avaliação quantitativa do critério publicações técnicas (Q_{PT}) é calculada por:

$$Q_{PT} = \begin{cases} b1 \times \sum_{i=1}^N (P_i \times Z_A) \text{ se } \sum_{i=1}^N (P_i \times Z_A) < \mu_{PT} \\ 100 \text{ se } \sum_{i=1}^N (P_i \times Z_A) = \mu_{PT} \\ a + b2 \times \sum_{i=1}^N (P_i \times Z_A) \text{ se } \mu_{PT} < \sum_{i=1}^N (P_i \times Z_A) < K_{PT} \\ 200 \text{ se } \sum_{i=1}^N (P_i \times Z_A) \geq K_{PT} \end{cases}$$

em que:

N é o número total de publicações técnicas no ano em avaliação do qual o docente avaliado é autor ou co-autor,

P é o número de pontos atribuído a cada publicação de acordo com o estipulado na tabela 12,

Z_A é o fator de correção ao número de autores da publicação a obter de acordo com o estipulado na tabela 6 do artigo 16.º deste regulamento.

Tabela 12

Tipo de publicação	Pontos (P_i)
De âmbito nacional	3
De âmbito internacional	6

Artigo 22.º

Critério de avaliação de prestação de serviços, consultoria e formação profissional ou de especialização

A avaliação quantitativa do critério prestação de serviços, consultoria e formação profissional ou de especialização (Q_{PS}), em que a UP/FLUP é parte, é calculada por:

$$Q_{PS} = \begin{cases} b1 \times \sum_{i=1}^N P_{Si} \text{ se } \sum_{i=1}^N P_{Si} < \mu_{PS} \\ 100 \text{ se } \sum_{i=1}^N P_{Si} = \mu_{PS} \\ a + b2 \times \sum_{i=1}^N P_{Si} \text{ se } \mu_{PS} < \sum_{i=1}^N P_{Si} < K_{PS} \\ 200 \text{ se } \sum_{i=1}^N P_{Si} \geq K_{PS} \end{cases}$$

em que:

N é o número total de prestações no ano em avaliação nos quais o docente avaliado está envolvido,

P_s é o número de pontos atribuído a cada prestação de acordo com o estipulado na tabela 13.

Tabela 13

Tipo de prestação de serviço	Pontos (P_s)
Responsável geral por contrato internacional	1,5
Responsável local por contrato internacional	1
Responsável por contrato nacional	1
Participante em contrato nacional ou internacional	0,5
Docência em curso de formação contínua, profissional ou de especialização	1

Artigo 23.º

Critério de avaliação de divulgação científica, tecnológica, cultural e artística

A avaliação quantitativa do critério divulgação científica, tecnológica, cultural e artística (Q_D) é calculada por:

$$Q_D = \begin{cases} b1 \times \sum_{i=1}^N P_{Di} \text{ se } \sum_{i=1}^N P_{Di} < \mu_{PD} \\ 100 \text{ se } \sum_{i=1}^N P_{Di} = \mu_D \\ a + b2 \times \sum_{i=1}^N P_{Di} \text{ se } \mu_{PD} < \sum_{i=1}^N P_{Di} < K_{PD} \\ 200 \text{ se } \sum_{i=1}^N P_{Di} \geq K_{PD} \end{cases}$$

em que:

N é o número total de ações de divulgação no ano em avaliação nas quais o docente avaliado está envolvido,

P_{Di} é o número de pontos atribuído a cada ação de divulgação de acordo com o estipulado na tabela 14.

Tabela 14

Tipo de ação de divulgação	Pontos (P_D)
Responsável geral por ação ou organização internacional (e.g. presidente de Comissão Organizadora de um congresso ou colóquio internacional)	1,5
Participante em ação ou organização internacional (e.g. membro de Comissão Organizadora de um Congresso ou colóquio internacional)	1
Responsável por ação ou organização nacional (e.g. presidente de Comissão Organizadora de um congresso ou colóquio nacional; coordenador de semana cultural; coordenador da Universidade Júnior)	1
Participante em ação ou organização nacional (e.g. membro de Comissão Organizadora de um congresso ou colóquio nacional; membro da comissão de organização de semana cultural; membro da comissão de organização da Universidade Júnior)	0,5
Publicação de caráter literário ou outras formas de criação artística, quando estas forem articuláveis com a área de trabalho do docente	1
Entrevista ou outra ação junto da sociedade de divulgação científica, tecnológica, cultural e artística	0,5

Artigo 24.º

Critério de avaliação de gestão universitária

A avaliação quantitativa do critério gestão universitária (Q_G) é calculada por:

$$Q_G = \begin{cases} b1 \times \sum_{i=1}^N (P_{Gi} \times t) \text{ se } \sum_{i=1}^N (P_{Gi} \times t) < \mu_G \\ 100 \text{ se } \sum_{i=1}^N (P_{Gi} \times t) = \mu_G \\ a + b2 \times \sum_{i=1}^N (P_{Gi} \times t) \text{ se } \mu_G < \sum_{i=1}^N (P_{Gi} \times t) < K_G \\ 200 \text{ se } \sum_{i=1}^N (P_{Gi} \times t) \geq K_G \end{cases}$$

em que:

N é o número total de cargos de gestão universitária nos quais o docente avaliado está envolvido no ano em avaliação,

P_{Gi} é o número de pontos atribuído a cada cargo de gestão de acordo com o estipulado na tabela 15,

t é o ponderador temporal relativo ao número de meses de serviço no cargo respetivo, no ano em avaliação, e assume o valor $x/12$, em que x é o número de meses de ocupação efetiva do cargo no ano em avaliação.

Tabela 15

Tipo de cargo de gestão	Pontos (P_G)
Membro do Conselho Geral da UP	0,96
Membro do Senado da UP (se não for por inerência de cargo)	0,48
Pró-reitor	4,2
Membro da Assembleia da Universidade do Porto*	0,48
Presidente da Assembleia de Representantes**	0,96
Vice-Presidente da Assembleia de Representantes**	0,48
Membro da Assembleia de Representantes**	0,48
Presidente do Conselho de Representantes	0,96
Vice-Presidente do Conselho de Representantes	0,48
Membro do Conselho de Representantes	0,48
Diretor/a da Faculdade	8,4
Vice-diretor/a da Faculdade ou Subdiretor/a	6,3
Membro vogal da Comissão Executiva da Faculdade	4,2
Presidente do Conselho Científico (se não acumular cargo)	4,2
Vice-Presidente do Conselho Científico (se não acumular cargo)	2,1
Membro do Conselho Científico	0,48
Presidente do Conselho Pedagógico	4,2
Vice-Presidente do Conselho Pedagógico	1,1
Membro do Conselho Pedagógico	0,24
Diretor de Departamento	2,1
Membro de Comissão Executiva de Departamento	1,05
Coordenador Erasmus da Faculdade ou equivalente	0,96
Diretor de Curso	2,1
Membro da Comissão Científica de Curso	0,36
Direção/Coordenação de unidades de I&D financiadas pela FCT e sedeadas na FLUP	2,1
Conjunto de pontos a atribuir a funções de gestão de unidade de I&D financiadas pela FCT e sedeadas na FLUP, a distribuir a critério do Coordenador da unidade	2,1
Cargos e tarefas temporárias e outros cargos permanentes	A critério do diretor da FLUP até ao limite de 2,1 pontos no total a distribuir.

Tipo de cargo de gestão	Pontos (P_c)
Membro arguente de júri em provas de mestrado em que o docente não seja (co-) orientador, nem exerça a presidência por inerência de cargo.	0,12 (por cada prova).
Membro vogal de júri em provas de mestrado em que o docente não seja (co-)orientador, nem exerça a presidência por inerência de cargo.	0,06 (por cada prova).
Membro arguente de júri em provas de doutoramento em que o docente não seja (co-)orientador, nem exerça a presidência por inerência de cargo.	0,24 (por cada prova).
Membro vogal de júri em provas de doutoramento em que o docente não seja (co-)orientador, nem exerça a presidência por inerência de cargo.	0,12 (por cada prova).
Membro de júri em provas de agregação.	0,24 (por cada prova).
Participação em júri para concurso de admissão ou progressão na carreira docente ou de investigação	0,36
Avaliador de programa de I&D internacional	0,36
Avaliador de programa de I&D nacional.	0,24
Editor principal de revista	0,24

* Anteriores estatutos da Universidade do Porto.

** Anteriores estatutos da FLUP.

CAPÍTULO III

Referências de desempenho

Artigo 25.º

Definição de níveis de qualidade

1 — Para todos os critérios de avaliação qualitativa são fixados 5 níveis de avaliação de qualidade:

a) ‘Muito Positivo’, a atribuir sempre que o avaliador reconheça que o avaliado tem pelo menos um ponto forte determinante e nenhum ponto fraco determinante, correspondente a um fator de $Q_L = 1,25$;

b) ‘Positivo’, a atribuir sempre que o avaliador reconheça que o avaliado não tem pontos fortes nem pontos fracos determinantes e os pontos fortes superam os pontos fracos, correspondente a um fator de $Q_L = 1,15$;

c) ‘Neutro’, a atribuir sempre que o avaliador não identifique nem pontos fortes nem pontos fracos ou quando, reconhecendo a existência, considere que os pontos fortes e fracos se equilibram, correspondente a um fator de $Q_L = 1,0$;

d) ‘Negativo’, a atribuir sempre que o avaliador reconheça que o avaliado não tem pontos fortes nem pontos fracos determinantes e os pontos fracos superam os pontos fortes, correspondente a um fator de $Q_L = 0,85$;

e) ‘Muito Negativo’, a atribuir sempre que o avaliador reconheça que o avaliado tem pelo menos um ponto fraco determinante e nenhum ponto forte determinante, correspondente a um fator de $Q_L = 0,75$.

2 — Para atribuição de um dos cinco níveis de qualidade referidos no ponto anterior, o avaliador fará uso de informação pública que disponha sobre o avaliado e terá como base os parâmetros de natureza qualitativa, identificados nos artigos 6.º a 9.º, que concorrem para a definição de cada um dos critérios de avaliação identificados no artigo 12.º

3 — Quando, em resultado da utilização de níveis de qualidade ‘negativos’ ou ‘muito negativos’ resulte uma menção final de ‘Inadequado’, nos termos do n.º 1 do artigo 32.º, o Diretor da FLUP deverá solicitar parecer a outro docente da mesma área disciplinar, ou de área disciplinar afim.

Artigo 26.º

Fundamentação

O avaliador tem de justificar detalhadamente o nível de desempenho qualitativo que atribui ao avaliado de acordo com o seguinte procedimento:

1 — Elaborar uma lista com os eventuais ‘pontos fortes’ e ‘pontos fracos’ da atividade dos avaliados em cada um dos parâmetros de avaliação de natureza qualitativa do critério de avaliação em causa.

2 — Classificar como ‘determinante’ ou ‘não -determinante’ cada um dos pontos fortes e fracos identificados no ponto anterior, justificando, em todos os casos, a atribuição da classificação de ‘determinante’.

3 — Atribuir a cada um dos critérios um dos níveis de qualidade identificados no artigo anterior.

Artigo 27.º

Definição de desempenho

O desempenho $D_{x,y}$ na avaliação do critério y da vertente X obtém-se multiplicando a componente quantitativa $Q_{x,y}$ pela componente qualitativa $QL_{x,y}$.

Artigo 28.º

Definição de metas

1 — A meta $\mu_{x,y}$ no critério de avaliação y da vertente X quantifica o desempenho pretendido durante um ciclo de avaliação, ao qual corresponderá a valorização de 100 em $Q_{x,y}$.

2 — A meta $\mu_{x,y}$ para cada critério y de cada vertente X é fixada pelo Diretor da FLUP, durante o primeiro mês do período em avaliação, ouvido os Conselhos Científico e Pedagógico.

3 — Na definição das metas dos diferentes critérios de avaliação, o Diretor da FLUP terá em consideração os recursos disponíveis e a estratégia global da FLUP.

Artigo 29.º

Definição de tetos

1 — O teto $K_{x,y}$ no critério de avaliação y da vertente X quantifica a valorização de desempenho máxima que pode ser atribuída durante um ciclo de avaliação, à qual corresponderá um valor igual a 200 em $Q_{x,y}$.

2 — Os tetos a que se refere o número anterior são fixados pelo Diretor da FLUP, durante o primeiro mês do período em avaliação, ouvidos os Conselhos Científico e Pedagógico.

3 — Na definição dos tetos, o Diretor da FLUP terá em conta os recursos disponíveis e a estratégia global da FLUP.

Artigo 30.º

Coefficientes de ponderação

1 — O coeficiente de ponderação α_x , não negativo, estabelece o peso relativo da vertente X no conjunto das vertentes. A soma de todos os coeficientes de ponderação será dada por:

$$\sum_X \alpha_X = 1$$

2 — O coeficiente de ponderação $\alpha_{x,y}$, não negativo, estabelece o peso relativo do critério de avaliação y na vertente X . A soma de todos os coeficientes de ponderação de uma vertente será dada por:

$$\sum_y \alpha_{x,y} = 1$$

3 — Os intervalos de variação dos coeficientes de ponderação a que se referem os números 1 e 2 são fixados pelo Diretor da FLUP, ouvido o Conselho Científico, durante o primeiro mês de cada período de avaliação, tomando como referência os intervalos de variação definidos no n.º 3 do artigo 9.º do Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes da U.Porto discriminados pelas categorias funcionais nos termos dos artigos 4.º e 5.º do ECDU.

CAPÍTULO IV

Instrumentos e procedimentos da avaliação de desempenho

Artigo 31.º

Modelo de avaliação

A avaliação de desempenho alicerça-se num modelo multicritério de agregação aditiva de valorizações nas várias vertentes, construído segundo os princípios da Análise de Decisão e da Teoria de Valor Multicritério.

Artigo 32.º

Sistema de classificação

1 — O sistema de classificação materializa-se no seguinte procedimento:

a) Apuramento do valor $D_{x,y}$ que o avaliador atribui em cada critério y da vertente X ;

b) Apuramento da classificação intermédia CI_X , em cada vertente X , que o avaliador atribui ao avaliado por intermédio da combinação dos diferentes critérios da forma a seguir indicada e com arredondamento para o inteiro mais próximo,

$$CI_X = \max_{\bar{\alpha}_{X,y}} \sum_{X,y} \bar{\alpha}_{X,y} \times D_{X,y}$$

em que $\alpha_{X,y}$ é o coeficiente de ponderação global do critério y da vertente X que otimiza o desempenho global do avaliado na vertente X , tendo em conta o estabelecido no artigo 29.º;

c) Apuramento da classificação intermédia global CI , que o avaliador atribui ao avaliado por intermédio da combinação das diferentes vertentes da forma a seguir indicada e com arredondamento para o inteiro mais próximo,

$$CI = \max_{\bar{\alpha}_X} \sum_X \bar{\alpha}_X \times CI_X$$

em que α_X é o coeficiente de ponderação global da vertente X que otimiza o desempenho global do avaliado, tendo em conta o estabelecido no artigo 28.º;

d) A ponderação global otimizante é obtida de modo a maximizar a classificação intermédia CI , respeitando os intervalos de variação dos coeficientes de ponderação fixados pelo Diretor da FLUP durante o primeiro mês de cada período de avaliação;

e) Até que seja alterada, nos termos da alínea seguinte, a classificação final CF do docente é obtida com base na sua classificação intermédia global CI da forma a seguir indicada:

- I) CF = 'Excelente' se $CI > 200$
- II) CF = 'Relevante' se $150 \leq CI \leq 200$
- III) CF = 'Suficiente' se $100 \leq CI < 150$
- IV) CF = 'Inadequado' se $CI < 100$

f) Os valores de limiar que constam da alínea anterior podem ser modificados durante o primeiro mês do período de avaliação por decisão do Diretor da FLUP, ouvido o Conselho Científico.

2 — Para os efeitos da avaliação de desempenho previstos na lei e na regulamentação aplicável, só releva a classificação final CF . As classificações intermédias CI_X e CI não relevam e, em particular, não são utilizáveis para seriar os docentes.

3 — A divulgação dos resultados deve respeitar a natureza individual da avaliação de desempenho dos docentes, devendo ser feita de acordo com o procedimento estabelecido no n.º 3 do artigo 24.º do Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes da U.Porto.

4 — Sem prejuízo do âmbito individual dos resultados, estes podem ser utilizados, em termos estatísticos, para caracterizar a totalidade da atividade da FLUP.

Artigo 33.º

Nomeação dos avaliadores

1 — Compete ao Conselho Científico da FLUP, ouvido o Conselho Pedagógico, propor os avaliadores, nos termos previstos no respetivo regulamento de avaliação, que serão nomeados pelo Diretor, de acordo com o estipulado no artigo 14.º do Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes da U.Porto.

2 — A lista dos avaliadores e dos respetivos avaliados será divulgada na página da FLUP na Internet.

Artigo 34.º

Recurso quanto à nomeação de avaliadores

1 — No prazo de cinco dias úteis contados da divulgação da lista de avaliadores, pode qualquer docente recorrer para o Diretor da FLUP da nomeação de qualquer avaliador.

2 — O recurso interposto só pode ser sustentado na violação de disposições do presente regulamento ou do regulamento da UP, ou nos impedimentos previstos no Código de Procedimento Administrativo, que deverão ser expressamente identificados no recurso sob pena do seu indeferimento liminar.

3 — O Diretor da FLUP decidirá do recurso, que tem efeitos suspensivos, no prazo máximo de dez dias úteis.

Artigo 35.º

Casos especiais de nomeação de avaliador

O desempenho, durante todo ou parte de um ciclo de avaliação, de um dos cargos a seguir identificados deverá ser avaliado:

1 — Pelo Conselho de Representantes, por proposta do seu presidente, no que respeita ao Diretor da FLUP.

2 — Pelo Diretor da FLUP, no que respeita ao Presidente do Conselho Pedagógico, aos membros do Conselho Executivo, devendo o Diretor da FLUP consultar formalmente, para efeitos de avaliação das vertentes diferentes da gestão universitária, aqueles que seriam nomeados como avaliadores dos respetivos docentes por aplicação do disposto no artigo 36.º deste regulamento se os mesmos não exercessem os cargos identificados neste número.

3 — Pelo Presidente do Conselho Científico da FLUP, no que respeita aos Diretores de Departamento, devendo o Presidente do Conselho Científico da FLUP consultar formalmente, para efeitos de avaliação das vertentes diferentes da gestão universitária, aqueles que seriam nomeados como avaliadores dos respetivos docentes por aplicação do disposto no artigo 36.º deste regulamento se os mesmos não exercessem os cargos identificados neste número.

Artigo 36.º

Regra geral de nomeação de avaliador

1 — Os avaliadores deverão ser sempre superiores funcionais dos avaliados e de categoria pelo menos igual à destes.

2 — Quando o disposto no n.º 1 deste artigo não for possível, deverá o diretor da FLUP, ouvidos os Conselhos Científico e Pedagógico, proceder à nomeação de um avaliador, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 14.º do Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes da U.Porto.

3 — Os avaliadores dos docentes que, durante o período em avaliação, tenham exercido cargos de gestão universitária enquanto membros dos Conselhos de Representantes, Científico e Pedagógico devem consultar formalmente os respetivos Presidentes para efeitos de avaliação da vertente de gestão universitária, desde que estes sejam docentes de categoria igual ou superior ao avaliado. Nos casos em que tal não se verifique, deve o Diretor da FLUP nomear quem o substitua de entre os membros do órgão de gestão em causa.

Artigo 37.º

Fases

1 — O processo de avaliação dos docentes compreende as seguintes fases:

- a) Autoavaliação;
- b) Avaliação;
- c) Harmonização;
- d) Notificação da avaliação;
- e) Homologação.

2 — A regulamentação da autoavaliação é da competência do Diretor da FLUP, devendo ser ouvido o Conselho Científico.

3 — Ao avaliado são concedidas as faculdades de se pronunciar em audiência prévia sobre a avaliação, bem como de impugnar o ato administrativo de avaliação através do direito de reclamação e de recurso, nos termos estabelecidos no Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes da U.Porto.

CAPÍTULO V

Prémios de desempenho

Artigo 38.º

Atribuição de prémios de desempenho

1 — No caso de existirem saldos de gestão, o Diretor da FLUP pode afetar uma parte para atribuição de prémios de desempenho na avaliação a realizar no ano seguinte, inscrevendo-a no respetivo orçamento.

2 — O prémio de desempenho é equivalente à remuneração-base mensal do docente a quem é atribuído.

3 — Os prémios de desempenho só podem ser atribuídos a docentes com a classificação final de excelente e até ao máximo de 20 % dos docentes avaliados no ano respetivo.

4 — Se o número de docentes com classificação final de excelente ultrapassar o limite estabelecido no ponto anterior ou a verba orçamentada para prémios de desempenho, os mesmos serão atribuídos por ordem decrescente aos docentes que obtiveram mais alta pontuação, até ao limite da verba orçamentada.

CAPÍTULO VI

Comissão Paritária da FLUP

Artigo 39.º

Composição e duração do mandato

1 — A Comissão Paritária da FLUP é um órgão consultivo que funciona junto do Diretor da FLUP, sendo composta pelos seguintes membros, nos termos do disposto no artigo 15.º do Regulamento da Avaliação do Desempenho dos Docentes da U.Porto:

- a) Um vogal docente eleito pelos docentes do Conselho Pedagógico;
- b) Um vogal docente eleito pelos membros do Conselho Científico;
- c) Dois vogais docentes eleitos diretamente pelos docentes da FLUP.

2 — O mandato dos membros da comissão designada no ponto anterior tem a duração do período restante do mandato do Diretor da FLUP.

Artigo 40.º

Competência

A Comissão Paritária da FLUP tem competência consultiva para a harmonização das avaliações dos docentes da FLUP, devendo apreciar as propostas de avaliação antes da homologação e as reclamações dos despachos de homologação.

CAPÍTULO VII

Disposições Finais e Transitórias

Artigo 41.º

Avaliação por ponderação curricular sumária

1 — A avaliação por ponderação curricular sumária consiste na avaliação do desempenho dos docentes referente ao período em avaliação, considerando as vertentes definidas no n.º 1 do artigo 6.º deste regulamento e os critérios fixados pelo Conselho Científico da FLUP para essa avaliação, tomando como referência os critérios de natureza quantitativa definidos neste regulamento para cada uma daquelas vertentes e os respetivos valores incluídos nas tabelas e no Anexo ao presente regulamento.

2 — Os critérios a que alude o ponto anterior devem ser definidos pelo Conselho Científico da FLUP, durante o primeiro mês do período em avaliação, e publicitados na página da FLUP na Internet.

3 — O avaliador é nomeado pelo Diretor da FLUP, ouvido o Conselho Científico, de entre os docentes de categoria superior ao avaliado, exceto no caso da categoria de catedrático em que o avaliador terá a mesma categoria.

4 — Para efeitos de ponderação curricular sumária, o docente avaliado deve proceder à entrega da documentação relevante que permita ao avaliador designado fundamentar a proposta de avaliação.

5 — A ponderação curricular sumária é expressa através de uma valoração na escala de avaliação definida na alínea e) do n.º 1 do artigo 32.º, na obediência do princípio de diferenciação de desempenho previsto na alínea l) do n.º 2 do artigo 74.º-A do ECDU.

6 — As classificações resultantes da ponderação curricular sumária são validadas pelo Conselho Científico e remetidas para homologação nos termos do disposto no artigo 24.º do Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes da U.Porto.

Artigo 42.º

Situações excecionais na avaliação de desempenho

Para efeitos de avaliação de desempenho, os docentes leitores e os docentes requisitados ao ensino secundário deverão ser avaliados exclusivamente pelas tarefas desenvolvidas no âmbito da vertente Ensino, podendo, se assim o desejarem e explicitarem durante a fase da autoavaliação, ser também consideradas as tarefas desenvolvidas no âmbito das vertentes de Investigação e de Transferência de Conhecimento, de acordo com as ponderações que, para os mesmos docentes, o Diretor da FLUP definir, ouvido o Conselho Científico, durante o primeiro mês de cada período em avaliação.

ANEXO A

Referências quantitativas de desempenho a utilizar por omissão

1 — No caso do Diretor da FLUP não fixar a meta μ_{xy} no critério de avaliação y da vertente X durante o primeiro mês do período de avaliação, nos termos estipulados no artigo 28.º, utilizam-se os valores indicados na tabela A1. No caso dos docentes convidados, a meta das Unidades Curriculares deve ser multiplicada pela percentagem de contratação.

2 — No caso do Diretor da FLUP não fixar o teto K_{xy} no critério de avaliação y da vertente X durante o primeiro mês do período de avaliação, nos termos estipulados no artigo 29.º, utilizam-se os valores indicados na tabela A2.

3 — No caso de se utilizarem, por decorrência dos pontos anteriores, os valores indicados nas tabelas A1 e A2, ficam definidos os valores dos coeficientes a , $b1$ e $b2$ para todos os critérios de avaliação quantitativa, indicados na tabela A3.

4 — No caso do Diretor da FLUP não fixar os intervalos de variação do coeficiente de ponderação α_x que estabelece o peso relativo da vertente X no conjunto das vertentes e o coeficiente de ponderação α_{xy} que estabelece o peso relativo do critério de avaliação y na vertente X durante o primeiro mês do período em avaliação, nos termos estipulados no artigo 30.º, utilizam-se os valores indicados na tabela A4, para os Professores Catedráticos e Professores Associados e na tabela A5 para os Professores Auxiliares e restantes docentes em tempo integral e sujeitos a avaliação de desempenho.

5 — No caso do Diretor da FLUP não fixar os intervalos de variação do coeficiente de ponderação α_x que estabelece o peso relativo da vertente X no conjunto das vertentes e o coeficiente de ponderação α_{xy} que estabelece o peso relativo do critério de avaliação y na vertente X durante o primeiro mês do período em avaliação, nos termos estipulados no artigo 30.º, utilizam-se os valores indicados na tabela A6 para os docentes em licença sabática ou em licença para preparação de doutoramento no período em avaliação e da tabela A7 para os docentes leitores, mantendo-se os valores dos coeficientes de ponderação de cada um dos critérios indicados na tabela A5.

Tabela A1

Ensino			Investigação					Transferência de Conhecimento			Gestão Universitária
Unidades curriculares	Orientação de estudantes de mestrado e bolseiros de iniciação à investigação	Formação pedagógica e tecnológica	Publicações científicas	Projetos científicos	Orientação de estudantes de doutoramento e pós-doutoramento	Conferências científicas	Obtenção de título académico	Publicações técnicas	Prestação de serviços, consultoria e formação profissional ou de especialização	Divulgação científica, tecnológica, cultural e artística	
μ_{UCb}	μ_{EM}	μ_F	μ_{PC}	μ_{PRJ}	μ_{EI}	μ_{CI}	μ_{EI}	μ_{PT}	μ_{PS}	μ_D	μ_G
[6;8]	2	4	3	1	1	2	4	3	1	1	2,1

Tabela A2

Ensino			Investigação					Transferência de Conhecimento			Gestão Universitária
Unidades curriculares	Orientação de estudantes de mestrado e bolseiros de iniciação à investigação	Formação pedagógica e tecnológica	Publicações científicas	Projetos científicos	Orientação de estudantes de doutoramento e pós-doutoramento	Conferências científicas	Obtenção de título académico	Publicações técnicas	Prestação de serviços, consultoria e formação profissional ou de especialização	Divulgação científica, tecnológica, cultural e artística	
K_{UCb}	K_{EM}	K_F	K_{PC}	K_{PRJ}	K_{EI}	K_{CI}	K_{EI}	K_{PT}	K_{PS}	K_D	K_G
12	6	8	8	4	4	4	4	6	1,5	1,5	8,4

Tabela A3

Critérios quantitativos		Fórmulas a aplicar para desempenhos abaixo de μ e entre μ e K
Unidades curriculares	H_{UC}	$\begin{cases} \text{se } h < \mu, H_{UC} = \left(\frac{100}{e}\right) \times h \\ \text{se } h > \mu \wedge h \leq k, H_{UC} = 25 \times h - 100 \\ \text{se } \sum(P_{EHI} \times Z_{EH}) < \mu, Q_{EH} = \sum(P_{EHI} \times Z_{EH}) \times 50 \end{cases}$
Orientação de estudantes de mestrado e de bolsiros de iniciação à investigação	Q_{EH}	$\begin{cases} \text{se } \sum(P_{EHI} \times Z_{EH}) > \mu \wedge \sum(P_{EHI} \times Z_{EH}) < k, Q_{EH} = \sum(P_{EHI} \times Z_{EH}) \times 25 + 50 \\ \text{se } f < \mu, Q_F = 25 \times f \end{cases}$
Formação pedagógica e tecnológica	Q_F	$\begin{cases} \text{se } f > \mu \wedge f < k, Q_F = 25 \times f \\ \text{se } \sum(P_i \times Z_A) < \mu, Q_{PC} = 100 / 3 \times \sum(P_i \times Z_A) \end{cases}$
Publicações científicas	Q_{PC}	$\begin{cases} \text{se } \sum(P_i \times Z_A) > \mu \wedge \sum(P_i \times Z_A) < k, Q_{PC} = 20 \times \sum(P_i \times Z_A) + 40 \\ \text{se } \sum(P_{EHI} \times Z_{EH}) < \mu, Q_{EHI} = 100 \times \sum(P_{EHI} \times Z_{EH}) \end{cases}$
Projetos científicos	Q_{EHI}	$\begin{cases} \text{se } \sum(P_{EHI} \times Z_{EH}) > \mu \wedge \sum(P_{EHI} \times Z_{EH}) < k, Q_{EHI} = 100 / 3 \times \sum(P_{EHI} \times Z_{EH}) + \left(\frac{100}{1,5}\right) \\ \text{se } \sum(P_{EHI} \times Z_{EH}) < \mu, Q_{EHI} = \sum(P_{EHI} \times Z_{EH}) \times 100 \end{cases}$
Orientação de estudantes de doutoramento e pós-doutoramento	Q_{EHI}	$\begin{cases} \text{se } \sum(P_{EHI} \times Z_{EH}) > \mu \wedge \sum(P_{EHI} \times Z_{EH}) < k, Q_{EHI} = 100 / 3 \times \sum(P_{EHI} \times Z_{EH}) + \left(\frac{100}{1,5}\right) \\ \text{se } \sum(P_{EHI} \times Z_{EH}) < \mu, Q_{EHI} = \sum(P_{EHI} \times Z_{EH}) \times 100 \end{cases}$

Critérios quantitativos	Fórmulas a aplicar para desempenhos abaixo de μ e entre μ e K
Participação em conferências	$Q_C = \begin{cases} \text{se } \sum P_C < \mu, Q_C = 100 / 2 \times \sum P_D \\ \text{se } \sum P_C > \mu \wedge \sum P_C < k, Q_C = 50 \times \sum P_C \end{cases}$
Obtenção de títulos académicos	$Q_{TA} = \begin{cases} \text{se } \sum P_{TA} = \mu, Q_{TA} = 100 \\ \text{se } \sum(P_{TI} \times Z_A) < \mu, Q_{PT} = 100 / 3 \times \sum(P_{TI} \times Z_A) \end{cases}$
Publicações técnicas	$Q_{PT} = \begin{cases} \text{se } \sum(P_{TI} \times Z_A) > \mu \wedge \sum(P_{TI} \times Z_A) < k, Q_{PT} = 100 / 3 \times \sum(P_{TI} \times Z_A) \\ \text{se } \sum P_i < \mu, Q_{PS} = 100 \times \sum P_i \end{cases}$
Prestação de serviços, consultoria e formação profissional ou de especialização	$Q_{PS} = \begin{cases} \text{se } \sum P_i > \mu \wedge \sum P_i < k, Q_{PS} = 200 \times \sum P_i - 100 \\ \text{se } \sum P_D < \mu, Q_D = 100 \times \sum P_D \end{cases}$
Divulgação científica, tecnológica, cultural e artística	$Q_D = \begin{cases} \text{se } \sum P_D > \mu \wedge \sum P_D < k, Q_D = 200 \times \sum P_D - 100 \\ \text{se } \sum(P_C \times t) < \mu, Q_C = 47,62 \times \sum(P_C \times t) \end{cases}$
Gestão universitária	$Q_C = \begin{cases} \text{se } \sum(P_C \times t) > \mu \wedge \sum(P_C \times t) < k, Q_C = 15,873 \times \sum(P_C \times t) + \left(\frac{100}{1,5}\right) \\ \text{se } \sum(P_C \times t) < \mu, Q_C = 15,873 \times \sum(P_C \times t) + \left(\frac{100}{1,5}\right) \end{cases}$

Tabela A4

Vertente	Ensino			Investigação					Transferência de Conhecimento			Gestão Universitária
Peso relativo da vertente α_X	20% a 40%			20% a 40%					0 a 30%			0 a 30%
Critério	Unidades curriculares	Orientação de estudantes de mestrado e de bolsiros de iniciação à investigação	Formação pedagógica e científica	Publicações científicas	Projetos científicos	Orientação de estudantes de doutoramento e pós-doutoramento	Participação em conferências científicas	Obtenção de título académico	Publicações técnicas	Prestação de serviços, consultoria e formação profissional ou de especialização	Divulgação científica, tecnológica, cultural e artística	Gestão universitária
Peso relativo do critério na vertente $\alpha_{X,Y}$	40% a 80%	10% a 40%	0% a 20%	10% a 80%	10% a 80%	0% a 40%	10% a 20%	0% a 100%	0% a 100%	0% a 100%	0% a 100%	100%

Tabela A5

Vertente	Ensino			Investigação					Transferência de Conhecimento			Gestão Universitária
Peso relativo da vertente α_X	30% a 60%			30% a 60%					0 a 30%			0 a 30%
Critério	Unidades curriculares	Orientação de estudantes de mestrado e de bolsiros de iniciação à investigação	Formação pedagógica e científica	Publicações científicas	Projetos científicos	Orientação de estudantes de doutoramento e pós-doutoramento	Participação em conferências científicas	Obtenção de título académico	Publicações técnicas	Prestação de serviços, consultoria e formação profissional ou de especialização	Divulgação científica, tecnológica, cultural e artística	Gestão universitária
Peso relativo do critério na vertente $\alpha_{X,Y}$	40% a 80%	10% a 40%	0% a 20%	10% a 80%	10% a 80%	0% a 40%	10% a 20%	0% a 100%	0% a 100%	0% a 100%	0% a 100%	100%

Tabela A6

Vertente	Ensino			Investigação					Transferência de Conhecimento			Gestão Universitária
Peso relativo da vertente α_X	0%			20% a 80%					0% a 40%			0 a 30%

Tabela A7

Vertente	Ensino			Investigação					Transferência de Conhecimento			Gestão Universitária
Peso relativo da vertente α_X	80% a 100%			%0 a 20%					0% a 20%			0%